



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

Plenária Ordinária CEPCT-MG			
Data	14/06/2024	Horário	14:00 às 17:00
Local	Casa de Direitos Humanos: Avenida Amazonas 558, Centro. Belo Horizonte/MG.		
Pauta	1) Leitura e aprovação das atas da Plenária Extraordinária Presencial CEPCT –MG 2) Andamento de processos de certificações.		
Participantes	<p>Membros Governamentais:</p> <p>Cléver Alves Machado - Titular - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE;</p> <p>Erika Soares Martins - Suplente - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE;</p> <p>Mariana Moret Barreto - Titular - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA;</p> <p>Anna Karla Ribeiro Silva - Suplente - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA;</p> <p>Ludmila Scorsulini Peres - Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas - IDENE;</p> <p>Natalie Oliffson Rodrigues - Titular - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – SECULT;</p> <p>Márcia Isabel Chaves - Titular - Secretaria de Estado de Educação - SEE;</p> <p>Vanessa Barçante Jota - Titular - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE;</p> <p>Adriano Tostes de Macedo - Titular - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD;</p> <p>Letícia Horta Vilas Boas - Titular - Instituto Estadual de Florestas - IEF;</p> <p>Marta Cristina Beber de Souza - Titular - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas - Gerais – EMATER/MG;</p> <p>Letícia Araújo Gualter Silva - Titular - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA;</p> <p>Nicole Faria Batista - Titular - Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA;</p>		

Gustavo de Oliveira Celestino - Suplente - Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA;

Kelly da Silva - Titular - Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG;

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula - Suplente - UNIMONTES

Membros - Povos e Comunidades Tradicionais:

Geralda Maria Soares da Silva - Titular - Apanhadores de Flores Sempre Vivas;

Maxwell Moreira Pio - Titular - Carroceiros;

Orlando dos Santos - Titular - Geraizeiros;

Ivanilde Salomé da Silva - Titular - Quilombolas;

Clarindo Pereira dos Santos - Titular - Pescadores Artesanais;

Flanner Fantoni Bergo - Mametu Indoloyá - Titular - Povos Tradicionais de Matriz Africana;

Aélcio Freire Vial – Titular – Faiscadores;

Waldir Braga - Suplente - Povos Circenses;

Tamires da Silva Santos – Titular - Veredeiros;

Sinval Alves da Silva – Suplente - Vazanteiros;

João Batista Nogueira – Titular – Povos Ciganos;

Bruna Aparecida de Oliveira – Suplente - Povos Ciganos;

Tamires da Silva Santos - Titular - Veredeiros;

Convidados permanentes:

Edmundo Antônio Dias Netto Junior - Suplente - Ministério Público Federal - MPF;

Aderval Costa – Titular - UFMG;

Eliete Xavier de Oliveira - Titular - Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI;

Adjanir Silva - Titular - Conselho Estadual de Promoção e Igualdade Racial - CONEPIR;

Luana Paulino - Suplente - Conselho Estadual de Promoção e Igualdade Racial - CONEPIR;

Edilson Rezende Costa - Titular - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - CONSEA;

Aderval Costa Filho - Titular - Universidade Estadual de Minas Gerais.

Demais participantes:

Ana Cláudia Storch - Defensora Pública do Estado de Minas Gerais;

Gabriela de Brito Santos - Secretária Executiva CEPCT-MG;

Ângela Cristina Alves de Souza - Secretaria Executiva CEPCT-MG;

Cléver Alves Machado, Presidente da CEPCT-MG inicia sua fala cumprimentando a todos e todas e deseja boas vindas aos membros. Solicita à Secretária Executiva, Gabriela Brito, que faça a chamada e o registro da presença, relatando também as justificativas de ausência. **Gabriela de Brito Santos** cumprimenta a todos e prossegue com a chamada dos membros da Comissão. **Dra. Ana Cláudia Storch**, Defensora Pública Estadual, se apresenta e relata sua atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos Coletivos e Socioambientais, com a pauta de defesa dos povos e comunidades tradicionais. **Cléver Alves Machado** agradece a presença da Dra. Ana Cláudia Storch e do professor Aderval. Logo em seguida, passa a palavra para **Aderval Costa Filho**, que agradece pela acolhida e destaca a importância da participação da Defensoria Pública, representada pela Dra. Ana Cláudia. Sugere a inclusão da Defensoria Pública como convidada permanente da Comissão. **Cléver Alves Machado** questiona aos membros se há alguma objeção quanto à inclusão da Defensoria Pública no novo Decreto, que está em processo de construção. Pede aos membros que se manifestem e sinalizem com a mão levantada. Não havendo manifestação contrária, considera-se aprovada a sugestão apontada. Em seguida, o Presidente da CEPCT-MG traz os pontos de pauta a serem aprovados e propõe aos membros sobre a possibilidade de acrescentar outros pontos de pauta, avisos ou informes, caso necessário. É feita a leitura da ata da Plenária Extraordinária dos dias 21 e 22 de maio de 2024 e compartilhada para leitura. Foram realizadas correções na Ata, apontadas pelos membros. Após o término da leitura da Ata, **Cleber Alves Machado** indaga aos membros se ainda há algum ponto da Ata para ser acrescentado ou excluído, não havendo manifestação contrária ao conteúdo da ata, dá-se por **aprovada**. Prossegue para o segundo ponto de pauta e faz um breve relato histórico sobre o andamento dos processos relativos aos mandatos da CEPCT-MG, bem como as solicitações de Certidões a partir do ano de 2016 até o presente momento. Pontua que em 2016, houve o I Encontro Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais da Comissão, em que ocorreu a posse do primeiro mandato dos representantes. Em 2017 deveria ter acontecido novamente o Encontro, mas não foi possível. Então, em 2018 foi acordado em Reunião Plenária que se prorrogasse o mandato até o ano de 2019. Reitera que no ano de 2019 não ocorreu o Encontro e em virtude desse fato, foi novamente prorrogado. Relata que entre os anos de 2019/2020 foram recebidos vários pedidos de Certificação. Quando foi agendada a Plenária para aprovar os pedidos de Certificação, não foi possível, pois os mandatos estavam vencidos desde julho. **Cleber Alves Machado** explica que procurou se informar se poderia fazer o Encontro no ano de 2020, que também não foi possível devido a pandemia e o objetivo era de se fazer o Encontro preferencialmente presencial e não na modalidade virtual. Pontua que tentou fazer o Encontro no final de 2021, mas também foi inviável, por causa da pandemia. Devido a estes fatores, realizaram o Encontro em 2022 no mês de junho. Salienta que só foi possível realizar a publicação e posse dos membros no ano de 2023 e por esse motivo, os processos de Certificação ficaram parados. Explica que somente agora os processos de Certificação estão em andamento, devido à recomposição da Câmara Técnica de Certificação durante a Plenária Extraordinária ocorrida no dia 22 de maio de 2024. Informa que há 80 pedidos de certificações a serem publicados e explica o motivo da não publicação. Reitera que é necessária a aprovação da Ata da Plenária Ordinária atual. Pergunta a **Gabriela de Brito Santos** quantos processos estão na fila aguardando para inserção da ata da plenária ordinária, ao que a Secretária Executiva afirma que são 20 processos em aberto. **Cleber Alves Machado** faz uma breve explanação sobre o fluxo de encaminhamento desses processos até que seja finalmente publicado: encaminhar para a SEDESE, depois passa por uma análise do setor jurídico e posteriormente irá para a fase final de publicação. Comenta com Dr. Edmundo Dias e demais sobre a elaboração da Minuta da Resolução que já está pronta e só falta anexar a ata. Cléver pontua que começou a minutar um documento que será encaminhado ao governador, mas que não se sente confortável em fazê-lo juntamente com o Secretariado Executivo. Considera interessante que a Comissão faça uma leitura prévia para aprovar, que não sabe ao certo se convoca uma Reunião Extraordinária para apresentar o documento, juntamente com a nota técnica e o ofício para encaminhar o Decreto, de acordo com as alterações disponibilizadas em ata. Reforça que não se sente confortável em fazer esse procedimento sozinho e pede o apoio da Comissão para que tome conhecimento e o auxilie, antes de encaminhar o documento. Em seguida, **Dr. Edmundo**

Antonio Dias Netto Junior questiona Cléver em quanto tempo seria possível expedir as Certidões, devido a demanda das comunidades que as solicitam e aproveita a oportunidade para justificar a ausência do Dr. Helder na reunião, em função de uma visita a uma comunidade tradicional. Relata também que, em diálogo com Dr. Helder Magno, este se dispôs em participar da Câmara Técnica de Conflitos Socioambientais e Regularização Fundiária. Da mesma forma, Dr. Edmundo se dispôs a integrar à Câmara Técnica de Certificação. Cléver se diz contente com a disponibilidade tanto de Dr. Helder quanto de Dr. Edmundo e acata a recepção de ambos. Solicita que **Gabriela de Brito Santos** faça o registro dessas composições nas Câmaras Técnicas em ata, conforme mencionado. **Aderval Costa Filho** comenta que conversou com Gabriela Brito, sobre a suplência em termos de representação da UFMG como convidado permanente e que foi deliberado pela participação de Ana Beatriz Viana Mendes. Pontua que se houver possibilidade, Ana Beatriz Mendes gostaria de compor a Câmara Técnica de Conflitos Socioambientais e Regularização Fundiária. Relata que Ana Beatriz Mendes vem trabalhando sobre a questão de sobreposição de unidades de conservação em territórios de comunidades tradicionais. Considera ser uma boa contribuição. Da mesma forma relata que Felícia Anália, da Universidade de Montes Claros – UNIMONTES manifestou interesse em compor a Câmara de Conflitos Socioambientais e Regularização Fundiária. Comenta que Felícia já participou em gestão anterior e que também lida com essas questões de sobreposição de comunidades tradicionais. Solicita o registro e a avaliação dessa demanda. Cleber Alves Machado solicita a Gabriela que entre em contato com Felícia para que seja feito o convite, bem como a sua inclusão nas reuniões plenárias da Comissão e da Câmara Técnica de Conflitos. **Cleber Alves Machado** passa a palavra para **Babá Edilson Rezende Costa** que relata sobre a baixa representatividade dos PCTs na Câmara de Conflitos Socioambientais e Regularização Fundiária. Fala da importância em convidar os membros dos PCTs para que possam interagir mais com essas Câmaras Técnicas. **Cleber Alves Machado** solicita a Gabriela Brito que seja enviado um e-mail para fins de reforçar o convite aos PCTs e conseguir mais representatividade dos membros em ambas as câmaras temáticas. Passa a fala para **Juliana de Melo Cordeiro**, que pontua que está verificando os processos de publicação da deliberação, referentes à composição das Câmaras Técnicas. Ressalta que estava aguardando a aprovação da ata para a inclusão no processo, mas devido à solicitação do Dr. Edmundo Dias e de Aderval Costa pergunta se é necessário aguardar a aprovação da ata na reunião corrente ou se aprova na próxima reunião. Juliana Cordeiro ainda pergunta se é viável publicar conforme estavam os componentes indicados anteriormente, para depois fazer a solicitação da inclusão dos membros e indaga à Comissão qual a preferência em relação ao que foi exposto. **Cleber Alves Machado** propõe um acordo para a Comissão para que sejam publicados os nomes dos representantes sem a necessidade da Ata. **Juliana de Melo Cordeiro** explica não ser possível, devido à negativa do setor jurídico. **Dr. Edmundo Antonio Dias Netto Junior** sugere que sejam publicados os nomes dos representantes que já foram aprovados e na próxima reunião Plenária, fazer um adendo para incluir o nome dos demais indicados. **Vanessa Costa Cançado Silva** pergunta sobre a representação do INCRA na Comissão e se está inserida na Câmara Técnica de Conflitos. **Gabriela de Brito Santos** responde sobre a representatividade de Vanessa e quanto à participação na Câmara Técnica, diz que Rosana dos Santos ocupa a titularidade, mas não vê empecilho para que Vanessa ocupe a suplência na Câmara Temática caso necessário. Ainda sobre essa questão, **Eliete Xavier de Oliveira** pontua que faz parte da composição da Câmara Técnica de Conflitos e se na ata deveria citar o nome do suplente, pois na próxima reunião ela estará de férias e já comunicou ao seu suplente na Comissão sobre isso. Cléver pergunta a Eliete, se houve a manifestação do suplente dela em participar em alguma Câmara. Eliete diz que ela que estava presente e o suplente a representa na Comissão do CEPCT. **Cleber Alves Machado** responde que só vai citar o nome do suplente, se ele estiver presente na próxima reunião e se posicionar. **Gabriela de Brito Santos** comenta sobre um comentário feito no chat da reunião, por Érika Martins, ex Secretária Executiva da CEPCT, que esclarece que as Câmaras Técnicas são indicações nominais e que os suplentes substituem aos membros em caso de ausência nas Plenárias. Salienta que é essa uma questão que não está muito clara no Regimento. **Cleber Alves Machado** reforça que, por essa razão, seria interessante a participação do suplente e que ele se posicione na reunião e solicita à Juliana Cordeiro que seja publicado os nomes que já estão mencionados nesta ata atual e que na próxima reunião sejam acrescentados os nomes dos demais representantes das Câmaras Técnicas. **Juliana Cordeiro** manifesta estar de acordo. Após essas considerações, **Cleber Alves Machado** pergunta se ainda há alguma questão a ser discutida, antes de encerrar a reunião. **Aderval Costa Filho** solicita que retome o segundo ponto de pauta, sobre os processos de certificação e destaca que é necessário informar as tratativas em relação aos casos que foram analisados e os encaminhamentos realizados na reunião da Câmara Técnica de Certificação, ocorrida na terça-feira. **Cleber Alves Machado** dirige a palavra para Aderval Costa para

que se manifeste livremente sobre a reunião da Câmara Técnica. Por sua vez, **Babá Edilson Rezende Costa** sugere que Gabriela relate algumas informações, visto que ela é quem fez os contatos e encaminhamentos com as organizações sociais e PCTs. **Gabriela de Brito Santos** relata sobre a reunião ocorrida no dia 11 de junho, da Câmara Técnica de Certificação, em que foi feita a análise de dois pedidos de certificação, a saber: Vila Barroló e Comunidade Córrego do Narciso. Explica que a Vila Barroló solicitou a certificação como comunidade artesã de barro e tecelã. Quanto à comunidade Córrego do Meio, pontua que é uma comunidade quilombola, que fez a solicitação como agroextrativista, pesqueira.. Pede auxílio neste momento, pois não está com o processo SEI em aberto para verificar. **Babá Edilson Costa** complementa a fala de Gabriela Brito e acrescenta que o pedido solicitado se refere ao segmento grotreiro chapadeiro. Afirma que os membros fizeram a análise dos pedidos dessas duas comunidades que estavam de acordo com o Decreto. Gabriela acha melhor que os próprios integrantes da Câmara Técnica façam as considerações a respeito. **Aderval Costa Filho** fala a respeito da Comunidade Vila Barroló, de Conceição dos Alagoas, e explica se tratar de um pleito de certificação como artesã de barro, porém haveria dúvidas se é propriamente uma comunidade tradicional e por este motivo, a Câmara Técnica cogitou a possibilidade em realizar uma visita técnica ao local. Relata que foi apresentada uma documentação bem extensa, bem completa. Trata-se de uma comunidade alternativa, a qual costuma ser chamada de comunidade ideacional. Explica que essa comunidade se congrega em torno de uma ideia agroecológica, de uma vida mais natural e com menos insumos da sociedade industrializada. A comunidade tem ponto de cultura, tem sessão no meio artístico regional, enfim, trata-se de uma comunidade alternativa, que possui uma família extensa em que agregaram pessoas, que exercem também artesanato de barro. Pontua que essa comunidade não se enquadra de fato, no conceito de povos e comunidades tradicionais. Pontua que no ano de 2022, Câmara chegou a analisar sobre a questão da Comunidade Vila Barroló, mas não se deu continuidade ao encaminhamento. Conclui que nesse caso específico, ficou acordado de entrar em contato com a comunidade para a verificação de interesse. Caso a comunidade demonstre interesse, a Câmara Técnica irá verificar a possibilidade de ir a campo para averiguar a situação. **Gabriela de Brito Santos** informa que um dos representantes, afirmou via aplicativo WhatsApp, que não possui mais interesse na certificação. Por esse motivo, solicitou à comunidade que formalizasse por e-mail a negativa apresentada quanto à certificação, para que se possa concluir o processo. Pontua que foi encaminhado e-mail, em relação à Comunidade Córrego do Narciso, conforme as orientações da reunião da Câmara Técnica. Foi acordado que a Câmara Técnica fará reunião online com a comunidade, a fim de conversar acerca dos pedidos, porém ainda não obteve retorno. **Aderval Costa Filho** relata que entrou em contato com Maria das Dores, que faz parte do Conselho Fiscal da Associação de Córrego do Narciso. Trata-se de uma comunidade certificada como quilombola, pela Fundação Palmares. Explica que Maria das Dores solicitou a certificação como comunidade tradicional extrativista, grotreira chapadeira, artesã de barro, tabuleirense e pesqueira e que informou para Maria das Dores, não haver no âmbito da Comissão, a categoria tabuleirense. **Aderval Costa** pondera que teria que pleitear esse reconhecimento. Outro ponto que foi conversado e esclarecido por Aderval Costa, é sobre o fato de uma ou mais famílias pescarem, não significa que é uma comunidade de pescadores artesanais. Cita outros exemplos parecidos para explicar sobre o reconhecimento de uma comunidade tradicional. Afirma que essa comunidade tem interesse na certificação, pois estão na mira do lítio e é uma comunidade muito exposta a riscos. Comenta que a comunidade decidiu manter o pleito como extrativista e grotreira chapadeira e solicita que se retire a categoria tabuleirense e pesqueira. Comenta também que perguntou a Leni sobre a quantidade de assinaturas da ata naquela ocasião, que seriam de sete ou oito assinaturas. Ao que foi esclarecido, que conforme ele havia presumido, somente a Diretoria assinou a ata. Pondera que na reunião da Câmara, houve a sugestão de um maior número de assinaturas e que é uma comunidade que necessita de amparo e proteção e que foi solicitado a certidão de autodefinição, com o objetivo de reforçar o embate devido ao avanço da mineração nas terras tradicionais, ocupadas pela comunidade. **Cléver Alves Machado** pergunta aos membros da Comissão se entenderam a proposta da Câmara de Certificação. **Babá Edilson Rezende Costa** pondera que considera ser necessário solicitar mais assinaturas, haja vista que a comunidade já é reconhecida. Aderval Costa concorda com a fala de **Babá Edilson Rezende Costa** e pondera que a comunidade já possui a certidão pela Fundação Palmares. Pontua que perguntou a comunidade, se na ata que foi encaminhada a Fundação Palmares, havia uma quantidade maior de assinaturas. Aderval considera ser provável que sim, pois esta é uma exigência da Fundação também. Diz que, em razão de um processo de autoafirmação, poderia ser estendido aos demais. Neste sentido, Aderval propõe que fique a critério da Comissão para avaliar essa situação. **Cléver Alves Machado** pergunta aos membros se há alguém ao contrário à proposta apresentada. **Adjanir Silva** pergunta a Aderval Costa se há alguma dificuldade de se

colher as assinaturas, por se tratar do desejo da comunidade e para legitimar, justificar o documento. **Aderval Costa** pergunta a Cléver sobre a identidade da Comunidade Groteira Chapadeira, deliberada no Encontro Estadual. Aderval afirma que não como houve a criação de assento específico, gostaria de saber como ficaria decidido, no âmbito da Comissão de emitir a certidão para a categoria groteira chapadeira. Comenta que houve essa decisão no Encontro, mas que não foi acatada de acordo com Decreto, para a composição dos assentos da Comissão. Pergunta a Cléver se dispõe de alguma informação específica e de qual seria a condução a respeito. **Cléver Alves Machado** explica que no Decreto não vem nominado e sim um determinado número de cadeiras, afirma que quando alterar o Decreto, para dois terços da sociedade civil, automaticamente as representações irão se encaixar. Salienta que essa alteração será possível, apenas quando houver a revogação do Decreto vigente, que dispõe sobre a CEPCT-MG, conforme a proposta solicitada pelo Pleno. **Cléver Alves Machado** diz que é necessário trabalhar muito em torno dessa proposta e que acredita que vai ser possível, devido às articulações que já estão ocorrendo. **Aderval Costa Filho** pontua que ainda irão chegar mais seis pedidos da categoria groteira-chapadeira, de acordo com a solicitação do professor Cleverson, da UFMG-João Monlevade. Relata que a comunidade groteira-chapadeira está intimamente ligada ao avanço da monocultura de eucalipto e que a comunidade está sem água e sem a Chapada, de que sempre utilizaram para reproduzirem seu modo de vida. Conclui que já foi realizada a defesa da comunidade, no âmbito da Comissão e foi brilhantemente apresentada pela representante do segmento groteira chapadeira. Diz também não haver dúvida quanto ao pleito desse segmento, pois já foi deliberado no Encontro de que teria assento na Comissão. Pergunta a Cléver se tem que aguardar a recomposição dos membros e a reedição do Decreto, para que seja emitida a certidão de autodefinição. **Cléver Alves Machado** propõe que seja feita uma reunião da Câmara de Certificação para discutir essa questão apontada e se for necessário fazer uma visita técnica ao local, uma vez que a comunidade não tem a representatividade da categoria dentro da Comissão. **Aderval Costa Filho** afirma que já foi realizado um trabalho denso em prol da comunidade, durante quatro anos. Pontua que é a favor de que sejam aprovados os pleitos e se houver algum óbice administrativo ou legal, que se aguarde até a recomposição da Comissão, contemplando a categoria de groteiro chapadeiro e que seja emitida a Certidão. Sugere que deixem prontas as solicitações de certificação até aguardar as alterações do Decreto referente à recomposição e para evitar que os pedidos fiquem parados. Aderval deixa em aberto essa sugestão e acrescenta também a questão das assinaturas: se deixa como está, por conta da legitimidade do pleito e do conhecimento prévio da comunidade e da própria existência da certificação como quilombola ou se solicita mais assinaturas. Pontua que se depois disso, houver algum óbice administrativo e/ou jurídico em termos da emissão da certidão, sugere que se aguarde a recomposição. **Babá Edilson Rezende Costa** pondera que deveria dar continuidade aos pedidos de certificações, normalmente como já haviam programado. Salienta que, caso haja algum problema por causa do Decreto, a Comissão tome providências. Edilson reforça a importância de um reposicionamento da Comissão, pois as comunidades estão cobrando. Cléver pergunta aos membros se há mais algum posicionamento ou informe a ser discutido. **Gabriela de Brito Santos** passa alguns informes sobre a deliberação ocorrida na última plenária: foi deliberado que a última reunião plenária ordinária da Comissão ocorra em Setembro, em virtude do Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais, nos dias 09 a 13 de Setembro em Montes Claros. **Cléver Alves Machado** propõe aos membros que confirme o quanto antes com Gabriela, para as solicitações de diárias e passa a palavra para Andrea Narciso, organizadora da Comissão do Colóquio. Andrea informa que é a sétima edição do Colóquio e tem representado um papel de articulação muito forte e que nesse ano estão com boas parcerias. Afirma que já está confirmada a reunião do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Reitera que é necessário confirmar presença em Plenária da CEPCT, para que seja possível inserir na programação, uma vez que no primeiro dia são realizadas várias reuniões do Conselho. Após as considerações, **Cléver Machado** pergunta novamente se há alguma questão. **Aderval Costa Filho** informa que nos dias 24 a 26 de julho do ano corrente, ocorrerá na UFMG, a 34ª Reunião Associação Brasileira de Antropologia, que haverá pré-eventos e eventos, simpósios específicos de povos e comunidades tradicionais, inclusive com participação de lideranças de PCTs. Por fim, não havendo mais nada a ser dito, o Presidente encerra a reunião.

Gabriela de Brito Santos
Secretária Executiva

**Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais -
CEPCT-MG**

Cléver Alves Machado

Presidente

**Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais -
CEPCT-MG**



Documento assinado eletronicamente por **Cleber Alves Machado, Diretor(a)**, em 30/12/2024, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela de Brito Santos, Servidora Pública**, em 07/01/2025, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **92442222** e o código CRC **18DA7B0C**.

Referência: Processo nº 1480.01.0010896/2023-76

SEI nº 92442222